A INAPLICABILIDADE DA LEI 9.099

O art. 41 da LMP e a Suprema Corte

Conforme preleciona o art. 41 da LMP:

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n o 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O STF, em decisão unânime, considerou constitucional a referida previsão legal (HC106212).

Segundo entendimento da Pretório Excelso, o crime de violência doméstica contra a mulher é de **maior poder ofensivo**, devendo ter tratamento legal diferenciado, tudo com base no Postulado da Igualdade Material.

Em verdade, o artigo 41 da LMP confere concretude, entre outros, ao artigo 226, parágrafo 8º, da Constituição Federal (CF), que dispõe que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Contribuindo, ademais, com o chamado “*constitucionalismo fraterno*”, que segue a filosofia de remoção de todas as formas de preconceito (artigos 3º e 5º da CF)

As consequências práticas do art. 41

1. Os Delitos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, cometidos a partir da vigência da LMP, deverão ser apurados por meio de Inquérito Policial
2. Descabimento de medidas despenalizadoras (composição e transação penal – Lei 9.099/95, Arts. 72 e 76)
3. Descabimento da suspensão condicional do processo (Lei 9.099/95, Art. 89).